

Publicado
24/12/2015
Jornal o Regional
Edição Nº 1884
Pg N°10

LEI Nº 2700/2015

Súmula: Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Colorado para o Exercício Financeiro de 2016.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO, ESTADO DO PARANÁ:

Lei:

Faço saber a todos, que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu, sanciono a seguinte

LEI:

DAS DISPOSIÇÕES COMUNS

Artigo 1º - Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Colorado, Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 2016, compreendendo:

I - Orçamento fiscal referente aos Poderes Executivo e Legislativo, incluindo Órgãos e Entidades da Administração Pública Municipal;

 II – Orçamento da Seguridade Social, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo – Administração Direta e Indireta.

DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Artigo 2º - A Receita do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social é de R\$ 59.561.207,00 (Cinquenta e Nove Milhões, Quinhentos e Sessenta e Um Mil e Duzentos e Sete Reais), decorrentes da arrecadação de rubricas de tributos próprios ou transferidos e demais receitas correntes e de capital, e Interferências Ativas no valor de R\$ 160.000,00 (Cento e Sessenta Mil Reais), decorrentes de transferências financeiras, totalizando R\$ 59.721.207,00 (Cinquenta e Nove Milhões, Setecentos e Vinte e Um Mil e Duzentos e Sete Reais), conforme a legislação vigente e de acordo com cada orçamento:

I – A Receita do Orçamento Fiscal é estimada no montante de R\$ 53.287.417,00 (Cinquenta e Três Milhões, Duzentos e Oitenta e Sete Mil e Quatrocentos e Dezessete Reais), conforme desdobramento:

RECEITAS CORRENTES	50.630.172,00

Receita Tributária 6.303.891,00 Receita de Contribuições 1.965.590,00 Receita Patrimonial 177.528,00 Receita de Serviços 3.193.736,00 Transferências Correntes 45.245.856,00 **Outras Receitas Correntes** 576.377,00 Dedução da Receita para Formação do FUNDEB -6.832.806,00



RECEITA DE CAPITAL

2.600.000,00

Operação de Crédito Alienação de Bens

57.245,00

Subtotal - Receitas

53.287.417,00

2.657.245,00

II – A Receita do Orçamento da Seguridade Social é estimada no montante de R\$ 6.273.790,00 (Seis Milhões, Duzentos e Setenta e Três Mil e Setecentos e Noventa Reais) e Interferência Ativa no valor de R\$ 160.000,00, totalizando R\$ 6.433.790,00 (Seis Milhões, Quatrocentos e Trinta e Três Mil e Setecentos e Noventa Reais), conforme desdobramento:

RECEITAS CORRENTES

2.611.500,00

Receitas de Contribuições Receita Patrimonial **Outras Receitas Correntes**

1.959.000.00 286.000,00 366.500,00

RECEITAS

CORRENTES

INTRAORÇAMENTÁRIAS

3.662.290,00

Receitas de Contribuições

3.662.290,00

INTERFERÊNCIA FINANCEIRA - ATIVA

160.000,00

Interferência Financeira - Ingresso

160.000,00

Subtotal - Receitas/Interferência

6.433.790,00

TOTAL GERAL - RECEITAS/INTERFERÊNCIA

59.721.207,00

DA FIXAÇÃO DA DESPESA

Da Despesa Total

Artigo 3º - A Despesa Orçamentária e Interferência Financeira no valor de R\$ 59.721.207,00 (Cinquenta e Nove Milhões, Setecentos e Vinte e Um Mil e Duzentos e Sete Reais), serão executadas pelas prioridades constantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2016, Plano Plurianual 2014/2017 e demais legislações vigentes, assim distribuídas:

PODER LEGISLATIVO

1.980.500,00

01 - Legislativo Municipal

1.980.500,00

Subtotal - Despesas Legislativo

1.980.500,00

PODER EXECUTIVO

51.146.917,00

02 - Gabinete do Prefeito

773.929,00

03 - Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos

260.400,00

CNPJ: 76.970.326/0001-03



04 - Secretaria Municipal de Controle Interno	190.200,00
05 - Secretaria Municipal de Administração	2.449.650,00
06 - Secretaria Municipal de Fazenda	4.677.497,00
07 - Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e	
Desenvolvimento Econômico	361.550,00
08 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes	12.775.408,00
09 -Secretaria Municipal de Saúde	11.942.669,25
10 - Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania	2.534.733,00
11 - Secretaria Municipal de Obras, Trânsito e Urbanismo	4.594.801,00
12 - Secretaria Municipal de Serviços Públicos	7.232.315,00
13 - Secretaria Municipal de Saneamento	2.668.864,75
14 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	594.900,00
99 - Reserva de Contingência	90.000,00

INTERFERÊNCIA FINANCEIRA – PASSIVA

Interferência Financeira – Egresso

160.000,00

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA
Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de
6.433.790,00

Colorado 6.433.790,00

Subtotal - Despesas/Interferência Executivo

Subtotal - Despesas RPPS 6.433.790,00

TOTAL GERAL - DESPESAS/INTERFERÊNCIA 59.721.207,00

DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

Artigo 4° - Ficam o Poder Executivo e Administração Indireta, autorizados a abrirem créditos adicionais suplementares até o limite de 20% das despesas autorizados por Poder e Entidade, nos termos previstos no artigo 43, § 1°, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Artigo 5º - Ficam ainda o Poder Executivo e Administração Indireta a:

I – Suplementar as respectivas dotações, com recursos do excesso de arrecadação verificado na realização da receita, conforme os termos previstos no inciso II, do § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1.964.

II – Suplementar as respectivas dotações, com recursos do superávit financeiro, conforme os termos previstos no inciso I, do § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1.964.

Par

CNPJ: 76.970.326/0001-03

51.306.917,00



III – Suplementar as respectivas dotações, com recursos de operação de crédito, conforme os termos previstos no inciso IV, do § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1.964.

Parágrafo Único – Os remanejamentos e suplementações de que tratam os incisos I, II e III não serão computados para efeito do limite fixado no artigo 4º desta Lei.

Artigo 6° - Os créditos adicionais Suplementares com indicação de recursos do Poder Legislativo, nos termos do inciso III, § 1°, do artigo 43, da Lei 4.320 de 17 de março de 1.964, poderão ser abertos até o limite de 20% da despesa autorizado, no âmbito do Poder por Decreto Legislativo homologado pelo Presidente da Câmara Municipal de Colorado.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 7º - Os créditos adicionais especiais e extraordinários autorizados no exercício financeiro de 2015 e reabertos nos limites de seus saldos, segundo o disposto no § 2º do artigo 167 da Constituição Federal de 1.988, obedecerão à codificação constante desta Lei.

Artigo 8° - Esta Lei entrará em vigor em 1° de janeiro de 2016.

Edifício da Prefeitura Municipal de Colorado, Estado do Paraná, aos vinte e três dias do mês de dezembro de 2015.

Joaquim Horácio Rodrigues Prefeito Municipal